

Paulo Roberto Nogueira Silva

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: ESCOLARIZAÇÃO OFERTADA PARA ESTUDANTES DO CAMPO



Atena
Editora

Ano 2025

Paulo Roberto Nogueira Silva

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: ESCOLARIZAÇÃO OFERTADA PARA ESTUDANTES DO CAMPO



Atena
Editora

Ano 2025

2025 by Atena Editora

Copyright © 2025 Atena Editora

Copyright do texto © 2025, o autor

Copyright da edição © 2025, Atena Editora

Os direitos desta edição foram cedidos à Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena Editora

Editora chefe

Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira Scheffer

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Yago Raphael Massuqueto Rocha



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo desta obra, em sua forma, correção e confiabilidade, é de responsabilidade exclusiva dos autores. As opiniões e ideias aqui expressas não refletem, necessariamente, a posição da Atena Editora, que atua apenas como mediadora no processo de publicação. Dessa forma, a responsabilidade pelas informações apresentadas e pelas interpretações decorrentes de sua leitura cabe integralmente aos autores.

A Atena Editora atua com transparência, ética e responsabilidade em todas as etapas do processo editorial. Nosso objetivo é garantir a qualidade da produção e o respeito à autoria, assegurando que cada obra seja entregue ao público com cuidado e profissionalismo.

Para cumprir esse papel, adotamos práticas editoriais que visam assegurar a integridade das obras, prevenindo irregularidades e conduzindo o processo de forma justa e transparente. Nosso compromisso vai além da publicação, buscamos apoiar a difusão do conhecimento, da literatura e da cultura em suas diversas expressões, sempre preservando a autonomia intelectual dos autores e promovendo o acesso a diferentes formas de pensamento e criação.

A Pedagogia da Alternância: escolarização ofertada para estudantes do campo

| Autores:

Paulo Roberto Nogueira Silva

| Revisão:

O Autor

| Diagramação:

Nataly Gayde

| Capa:

Yago Raphael Massuqueto Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586 Silva, Paulo Roberto Nogueira

A pedagogia da alternância: escolarização ofertada para estudantes do campo / Paulo Roberto Nogueira Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2025.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-3587-7


DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.877252609>


1. Educação do campo. I. Silva, Paulo Roberto Nogueira. II. Título.

CDD 371.357

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

 +55 (42) 3323-5493

 +55 (42) 99955-2866

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

CONSELHO EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Ariadna Faria Vieira – Universidade Estadual do Piauí
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Cirênio de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Cláudio José de Souza – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Glécilla Colombelli de Souza Nunes – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Dedico esta obra aos alunos oriundos do campo, que estudam em regime de alternância, que buscam qualificação para dar o aporte as suas famílias nas atividades diárias.

À memória do meu pai Alcides Prado Nogueira, exemplo na minha vida, à minha mãe Jandira Nogueira da Silva, às minhas filhas Bruna Vitoria e Brenda pelos momentos de amor e carinho. Aos meus irmãos, em especial Otavia e Diethold Scheib pelo incentivo na minha caminhada.

A educação como prática de liberdade, ao considerar que o processo de conscientização ter tomado o momento do desvelamento da realidade social como se fosse uma espécie de motivada psicológica de sua transformação (FREIRE, 1992, p. 53)¹.

¹ C f extraída da obra de FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PREFÁCIO

PREFÁCIO

Sou muito grato ao professor Paulo Roberto Nogueira Silva pela honra de me escolher para prefaciá-lo seu livro. A gente se conheceu lá pelo ano de 2018, sendo meu aluno da disciplina “Sociologia da Educação” no Curso de Pedagogia da UESB. A partir de então, nossa relação foi muito fluída devido a Paulo já ter uma graduação em História e sempre nos mantivemos em contato para discutir sobre o Curso de Pedagogia e sobre temas de índole político-acadêmicos.

O livro que o autor nos apresenta é um estudo de longa data que tem sua origem na graduação, dando continuidade no mestrado e, por conseguinte, no seu futuro doutorado. No mesmo, ele descreve a pedagogia da alternância como alternativa de atender aos filhos das famílias dos pequenos produtores rurais e possibilitar um trabalho reflexivo com a sua prática no âmbito rural familiar. Em síntese, a pedagogia da alternância cria as condições para que a juventude permaneça no campo.

A criação das Escolas Famílias Agrícolas (EFA,s), denominação dada no Brasil aos espaços físicos onde foi implantado a pedagogia da alternância, pioneira na América Latina, foi inicialmente em Olivânia, no município de Anchieta, no Estado do Espírito Santo em 1968. O professor Paulo Roberto descreve muito bem como esta escola foi à semente para a expansão de outras instituições do mesmo teor ao longo do território brasileiro.

É importante salientar a minuciosidade metodológica utilizada pelo autor para descrever os frutos de seu trabalho. Coloca ênfase na importância da conceptualização do “Tempo Escola” e do “Tempo Comunidade” para poder entender o significado e a relevância da Pedagogia da Alternância. Por fim, quero parabenizar o professor Paulo Roberto Nogueira Silva não só pela obra *por si*, como também pela sua dedicação com a docência e seu aporte à educação do campo.

Jequié – BA, 22 de dezembro de 2024.

Ms. Carlos María Pérez (UESB-Campus de Jequié)

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE SIGLAS

CF – Casa Familiar

CIPAM – Centro Interdisciplinar de Pesquisa Ambiental

CFR – Casa Familiar Rural

EFA – Escola Família Agrícola

FDG – Instituto Fátima Di Gregorio

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INTA/UNINTA – Instituto Superior de Teologia Aplicada

MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo

MF – Maison Familiale

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PA – Pedagogia da Alternância

PARFOR – Programa de Formação de Professores

PPS's – Projetos Políticos Pedagógicos

TC – Tempo Comunidade

TE – Tempo Escola

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO	14
1. A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA	17
1.1 A Origem da Pedagogia da Alternância	19
1.2 A Implantação da Pedagogia da Alternância no Brasil	21
1.3 A Escola Família Agrícola – EFA	23
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA	25
2.1 O Tempo Escola	26
2.2 O Tempo Comunidade	28
2.3 Atividades desenvolvidas nas comunidades rurais	30
3. FORMAÇÃO HUMANA DOS SUJEITOS DO CAMPO	32
3.1 A Pedagogia da Alternância adotada pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)	32
3.2 A pedagogia da alternância e a sustentabilidade no campo	34
3.3 A Formação de Jovens do Campo	35
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	40
SOBRE O AUTOR	44



APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar a pedagogia da alternância, como alternativa de escolarização ofertada para estudantes, registrando as perspectivas da aprendizagem de alunos oriundos do campo em relação a sua realidade cotidiana e a promoção de troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida, de trabalho e a escola. A investigação foi dividida em três capítulos:

O Primeiro (1º) Capítulo A pedagogia da alternância tem como finalidade descrever acerca da origem dessa educação que foi pensada para atender as demandas dos filhos dos produtores rurais, a implantação da pedagogia da alternância no Brasil e a descrição da Escola Família Agrícola – EFA.

O Segundo (2º) Capítulo Atividades desenvolvidas na pedagogia da alternância, traz a discussão acerca das atividades intercaladas entre o Tempo Escola (TE) e o Tempo Comunidade (TC) e as atividades desenvolvidas pelos alunos nas comunidades rurais.

O Terceiro (3º) Capítulo Formação humana dos sujeitos do campo discorre acerca da pedagogia da alternância adotada pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), a pedagogia da alternância e a sustentabilidade no campo e a formação de jovens do campo. Pressupõe-se de que nos últimos anos a pedagogia da alternância vem ganhando espaço na agenda política do país, por se tratar de uma metodologia que dá o aporte ao educando, intercalando um período na escola e outro na sua comunidade rural.

Pereira (2011, p. 123, 124) enfatiza que “na pedagogia da alternância, o educando é imerso num contexto escolar, durante trinta dias, onde participa de uma proposta de educação integral e libertadora”. “A autora enfatiza ainda que “é integral porque todos os aspectos da formação do ser humano são contemplados pelo projeto da escola: éticos, espirituais, econômicos, filosóficos, artísticos, intelectuais, técnicos, científicos, sociológicos, humanos, ecológicos”.

Para Freire (2003, p. 124) “além de integral, é uma proposta libertadora porque há espaço constituído para o exercício da cidadania de maneira autônoma. É preciso que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência

no mundo e não apenas o de recebedor”. Nessa investigação busco compreender as expectativas dos alunos acerca de seus aprendizados e possibilidades de conhecimentos para atuar na sociedade como lugar de trabalho e de construção de possibilidades e realização profissional.

O interesse por este tema se deu após a minha participação como docente na disciplina Educação no/do Campo pelo Programa de Formação de Professores (PARFOR) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié, pelo Instituto FDG/INTA/UNINTA – Instituto Superior de Teologia Aplicada, polo do município de Itiruçu – Bahia e após a conclusão dos estudos de uma Pós Graduação Lato Sensu em Educação no/do Campo pela UESB, no ano de 2019, passando a ser um dos focos dos meus estudos e pesquisas.

Trata-se de uma pesquisa social, de cunho bibliográfico, e mostra as perspectivas de alunos para crescerem na caminhada escolar, utilizando de seus aprendizados para inserirem-se no mundo do trabalho, sem perder suas raízes e seu pertencimento com o campo. Diante disso, questiona-se: de que maneira os alunos assimilam os aprendizados em alternância durante o Tempo Escola e até que ponto esse aprendizado é eficiente no desenvolvimento dentro do Tempo Comunidade?

Para tanto elegi como objetivo geral: analisar a eficiência da pedagogia da alternância entre tempo escola e tempo comunidade. E os objetivos específicos são: identificar os aprendizados assimilados pelos alunos no tempo escola e no tempo comunidade; analisar o aprendizado adquirido pelos alunos no Tempo Escola (TE), onde exercem atividades pedagógicas em regime de internato; e de que maneira eles aplicam esse aprendizado no Tempo Comunidade (TC), período que retornam para suas comunidades rurais, dando o aporte para as suas famílias nas atividades desenvolvidas em suas propriedades rurais.

Para responder aos anseios das questões relacionadas acima, recorro ao aporte de teóricos que dialogam com a pedagogia da alternância. Pereira (2011, p. 120) relata que “a escola, com sua função socializadora dos saberes, é uma das mais fortes instituições candidatas a desmistificar a grandeza rural, isto é, de promover as adaptações necessárias na oferta da educação”.

A replicação dos conhecimentos adquiridos no tempo escola na pedagogia da alternância é essencial para o desenvolvimento agrícola das comunidades rurais de origem dos seus educandos. Heller (1992, p. 19) pontua que “a assimilação das relações sociais refere-se ao amadurecimento para a cotidianidade, que começa sempre por grupos”. A autora pontua ainda que “os grupos no internato da Escola Rural de Alternância funcionam como mediadores entre o indivíduo e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores”.

Freire (2003) enfatiza que a alternância “é uma pedagogia que propõe o exercício com a auto estima do sujeito do campo ressaltando seu valor, comparando sua curiosidade, a curiosidade do cientista”. Estudos de Pereira (2011, p. 122) mostram que “é chamada de alternância porque os educandos alternam os locais de aprendizagem: um período na escola, em regime de internato; um período em casa, com as atividades teóricas e práticas”.

Os sujeitos inseridos no campo além de assimilarem um saber adquirido na escola, possuem a partir do seu cotidiano um saber popular que os ajudam no desenvolvimento de suas atividades para a vida. Para Fernandes e Terra (1994, p. 9) “o saber popular é fundamental para se estabelecer o diálogo e uma alternativa para uma mudança de uma proposta educacional e das políticas de ensino”.

Por fim, constato que a pedagogia da alternância é uma metodologia que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, promovendo desta maneira um diálogo entre os conhecimentos entre seu ambiente de vida e o ambiente escolar.



PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

Para estudar a pedagogia da alternância, como uma escolarização ofertada para estudantes do campo recorro a busca do aporte da pesquisa bibliográfica que de acordo com Souza et, al (2021, p. 65) “ela está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas”. Gil (2002, p. 45) afirma que “a pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos”.

Estudos de Amaral (2007, p. 1) mostram que “a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho”. Consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. Gil (2002, p. 45) pontua que “a pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço”.

A pesquisa tem relevância social por reconstituir a trajetória histórica da pedagogia da alternância, a sua criação na França, a sua implantação aqui no Brasil, tendo o Estado do Espírito Santo como pioneiro. Recorro aqui aos teóricos que dialogam com a pedagogia da alternância para dar o aporte na escrita da pesquisa. A pedagogia da alternância foi criada no interior da França pelo padre Abbér Granereau em 21 de novembro de 1935.

Pereira (2011, p. 122) enfatiza que em 1935 “os agricultores franceses se juntaram ao referido padre para criarem um modelo específico de escola que atendesse às exigências do seu meio, dando aos alunos um conhecimento de sólida formação geral e humanística”. A autora enfatiza ainda que “aliado ao desenvolvimento profissional, estavam, simultaneamente, criando um sistema educativo rural na perspectiva de alternância”. Neste sentido, além de ofertar uma educação de

qualidade, a metodologia aplicada da alternância também dá o aporte para as questões humanistas, corroborando com as práticas libertárias e progressistas.

Freire (1979, p. 108) relata que a pedagogia da alternância multiplica as condições favoráveis para que “(...) através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente criam a história e se fazem seres históricos-sociais”. Para Damasceno (2004, p. 41) “a importância maior da Pedagogia da Alternância reside no fato que ela possui os princípios da pedagogia freiriana, mas com uma metodologia adaptada às condições do meio rural”. Tem como ponto central a relação trabalho-escola, que no contexto do campo é essencial, constitui o ponto de partida para uma prática educativa enraizada na cultura, nos valores, nos saberes, nas práticas sociais, inclusive nas práticas produtivas dos camponeses. Ademais, permite a integração entre o trabalho produtivo e a educação.

Neste viés, pensar a alternância como uma pedagogia que oferta aos estudantes oriundos do campo uma educação integral, libertadora e, sobretudo, que qualifique os alunos do campo para seguirem na caminhada escolar, acadêmica e posteriormente desenvolvendo as suas atividades laborativas no campo, na sua comunidade de origem, sem perder suas raízes e seu pertencimento. Freire (2003) pontua que “a pedagogia da alternância é um espaço para a educação integral e libertadora. Como libertadora, trabalha constantemente a ação-reflexão, ou seja, a conscientização-compromisso histórico, inserção crítica na história”.

Sommerman (1997, p. 73) salienta que “a pedagogia da alternância busca resgatar o sujeito do campo e o campo do sujeito, tentando subsidiá-lo de tal forma que fortaleça a zona rural”. O autor salienta ainda que a pedagogia da alternância fixa “a população em suas regiões através do trabalho educacional produtivo, reduz a evasão, valoriza a cultura da terra e o homem e a mulher que a fazem”. Neste viés, foi que a pedagogia da alternância surgiu, na perspectiva de ofertar aos alunos do campo uma educação diferenciada, desvinculada dos currículos da escola urbanocêntrica. Neste sentido, é que Silva (2000) afirma que “a alternância constitui-se na alternativa para os fracassos da escola tradicional, bem como da sua capacidade de motivar e preparar os jovens para a vida profissional”.

A pedagogia da alternância busca dar o aporte aos sujeitos do campo, subsidiando os alunos na busca de uma interação com o meio em que vive e estuda, vivenciando a sua realidade e o seu cotidiano, promovendo a busca constante e a troca de saberes e conhecimentos entre a vida da comunidade, as atividades laborativas desenvolvidas e a aprendizagem escolar. Para Caliarí (2002, p. 81) “a pedagogia da alternância, pela sua dinamicidade e flexibilidade de agir, consegue estabelecer uma inter-relação dos atores locais dentro de redes formais e informais que lhe permite garantir a autonomia necessária para não se destituir de sua essência original”.

Há de se pensar que a oferta da pedagogia da alternância cria nos sujeitos oriundos do campo uma identidade de alunos pertencentes ao meio em que vive. Nesse sentido, os alunos oriundos do campo, estudantes das escolas que ofertam a alternância, constroem suas identidades nas relações educacionais e laborativas e nas sociabilidades construídas por eles. Por fim, esta investigação torna-se relevante por fazer o registro da pedagogia da alternância como uma alternativa eficaz de escolarização para alunos oriundos do campo.



1. A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

A alternância é uma metodologia apropriada para a educação do campo, possibilitando ao estudante de áreas rurais a interlocução entre tempos formativos distintos, ofertando aos sujeitos campestinos a produção de conhecimento no âmbito da relação entre a produção acadêmica e a produção de conhecimento no meio rural. Nosella (2014, p. 29, 30) relata que “a denominação “pedagogia da alternância” se refere a uma forma de organizar o processo de ensino-aprendizagem alternando dois espaços diferenciados: a propriedade familiar e a escola”. Liga-se, pois, tanto pela sua origem como pelo seu desenvolvimento, à educação no meio rural.

Batista et, al (2016, p. 1) pontuam que a pedagogia da alternância “é uma metodologia inicialmente voltada para a formação dos jovens do campo, que consiste na organização do processo de forma diferenciada, onde os alunos articulam o conhecimento tácito na relação entre tempo na Casa Familiar Rural – CFR (escola), o tempo família e o tempo comunidade”. Nosella (1977, p. 85) enfatiza que “a função da alternância é proporcionar a reflexão sobre a vida e a experiência real”. Para o MEPES¹ “a vida da família e da comunidade de cada aluno representa o ponto de partida da educação nas escolas-famílias”. Neste sentido, a alternância oferta um aprendizado diferenciado para os alunos oriundos do campo. Godinho (2013) relata que:

A alternância significa o processo de ensino-aprendizagem que acontece em espaços e territórios diferenciados e alternados. O primeiro é o espaço familiar e a comunidade de origem (realidade); em segundo, a escola onde o educando partilha os diversos saberes que possui com os outros atores e reflete sobre eles em base científica (reflexão); e por fim, retorna-se a família e a comunidade a fim de continuar a práxis (prática + teoria) seja na comunidade, na propriedade (atividades de técnicas agrícolas) ou na inserção em determinados movimentos sociais (GODINHO, 2013, p. 3).

Concordando com Godinho em relação à alternância que é ofertada em espaços territoriais diferentes, o aluno assimila a aprendizagem de maneira alternada, interagindo com os professores, a família e demais pessoas de sua comunidade. Nosella (2014) pontua que os princípios básicos da pedagogia da alternância podem ser assim enunciados:

¹ Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES”, uma entidade direcionada à promoção social das pessoas que vivem no campo (PEREIRA e MATOS, 2009, p. 5).

1. Responsabilidade dos pais e da comunidade local pela educação de seus filhos;
2. Articulação entre os conhecimentos adquiridos por meio do trabalho na propriedade rural e aqueles adquiridos na escola e;
3. Alternância das etapas de formação entre o espaço escolar definido pelas “Escolas Famílias Agrícolas” e a vivência das relações sociais e de produção na comunidade rural (NOSELLA, 2014, p. 30).

Neste sentido, de acordo com Nosella, a pedagogia da alternância está expressa nos princípios básicos que envolvem desde a responsabilidade dos pais dos alunos, a articulação dos conhecimentos adquiridos, e até as vivências das relações e sociabilidades construídas pelos alunos e seus familiares. A pedagogia da alternância fundamenta-se nos princípios: da orientação, da adaptação ao emprego, da qualificação profissional e de uma formação que dê o aporte para o prosseguimento dos estudos através do ensino-aprendizagem, ofertados para os sujeitos camponeses.

Portanto, a alternância propicia ao aluno do campo uma aprendizagem mais abrangente, assimilando dessa forma o conhecimento adquirido na escola, com o desenvolvimento das atividades pedagógicas e o conhecimento adquirido e aplicado na comunidade rural, geralmente na propriedade de sua família. Para Pereira (2011):

A pedagogia da alternância se torna uma proposta educativa diferenciada que visa proporcionar às crianças e aos jovens do meio rural uma possibilidade de educação partindo de sua realidade, da sua vida familiar e comunitária, das suas atividades de forma integrada, permitindo reflexão e ação que possa transformar a realidade do educando a fim de melhorá-la e contribuindo para a manutenção do sujeito do campo, sendo este participante ativo de todo o processo (PEREIRA, 2011, p. 104, 105).

De acordo com Pereira a alternância oferta aos sujeitos do campo uma educação diferenciada e adequada para a realidade camponesa. A pedagogia da alternância é construída com base em quatro pilares: a associação local, a alternância, o desenvolvimento do meio rural e a formação integral de seus sujeitos e, neste sentido, para viabilizar este processo de ensino-aprendizagem utiliza-se o aporte de ferramentas metodológicas. Neste viés, com a pedagogia da alternância, principalmente por meio do papel do professor ocorreu a valorização dos conhecimentos adquiridos na instituição e o aumento da participação do jovem nas decisões familiares, assim como houve uma revalorização do modo de vida dos pais.

Batista et, al (2016, p. 10) relatam que “a alternância trabalha com instrumentos metodológicos que diferenciam das metodologias tradicionais, ela possibilita que o conhecimento da realidade dos jovens seja ponto de partida para todo o processo formativo”. Ademais, a alternância torna-se uma educação ofertada para estudantes do campo, dando o aporte para uma aprendizagem mais qualificada, preparando-os para seguirem bem a caminhada dos estudos, sem perder o vínculo com o meio rural.

Batista et al. (2016, p. 10) enfatizam que “a pedagogia da alternância propõe criar condições para que jovens tenham a alternativa de permanecer no campo em condições diferenciadas, pois faz a relação do conhecimento científico e tácito, o que possibilitaria ao jovem a sua autonomia intelectual”. Godinho (2013, p. 123) pontua que “a pedagogia da alternância trabalha com a experiência concreta do aluno, com o conhecimento empírico e a troca de conhecimento com atores do sistema tradicional de educação, e também, com membros da família e da comunidade na qual vive o aluno e que podem fornecer-lhe ensinamentos sobre aquela realidade”.

Nosella (2014, p. 97) relata que “a alternância se processa passando um período no Centro de Formação (lugar de reflexão e estudo) e outro no futuro ambiente de trabalho (meio rural e escolas)”. Portanto, a alternância descreve mudanças para o aprendizado, no âmbito descritivo, com base cultural de cada indivíduo do grupo, da família, dos amigos mais ou menos de grupos religiosos. Pereira (2005) pontua que “este modelo de educação assim: se chama alternância porque os educandos alternam os locais de aprendizagem: um período na escola, em regime de internato, um período em casa, com atividades teóricas e práticas”.

Para Batista et al (2016, p. 10) “a pedagogia da alternância tem se constituído como uma importante aliada das conquistas em relação a Educação do Campo, pois dialoga diretamente com os jovens, suas famílias e as comunidades, respeitando as realidades do campo”. Estudos de Pereira e Dias (2019) mostram que:

A alternância pressupõe uma imersão no espaço educacional e resolve, a priori, problemas comuns às escolas que estão no campo: descontinuidade em dia de chuva, falta de transporte escolar, distância entre a unidade escolar e a moradia dos estudantes, atrasos dos docentes, ausências dos discentes em tempos demandantes de mão de obra, etc. (Pereira e Dias, 2019, p. 35).

Neste viés, o sistema educativo de alternância surgiu como tentativa de dar conta da demanda da educação formal dos camponeses. Por fim, constato que a pedagogia da alternância é uma alternativa eficaz de escolarização ofertada para estudantes do campo.

1.1 A Origem da Pedagogia da Alternância

A pedagogia da alternância não resultou de uma simples experiência na área da educação, realizada por universidades europeias, norte-americanas ou brasileiras, foi idealizada por pesquisadores internacionais de renome com inúmeros colaboradores com o objetivo de colocar em prática uma nova teoria sobre a educação popular. O primeiro a colocar em prática a alternância foi o Padre Abbé Granereau, pároco de uma pequena capela localizada em Serignal-Péboldol, no interior da França, em 21 de novembro de 1935, onde fundou a primeira “Maison Familiale” ou Casa Familiar. Em 1942 já existiam cinco casas famílias em funcionamento na França, em 1945 este número saltou para vinte.

Gimonet (1999, p. 41) pontua que “a alternância foi batizada na França, de A Casa Familiar de Lauzun. Porém só 25 anos depois uma lei francesa a reconheceu como modalidade pedagógica de alternância”. A Casa Família, no sentido amplo, não é só o espaço físico onde se situa a EFA, mas também o espaço familiar/comunitário, porque os dois ambientes estão interligados. Portanto, o prédio, a casa da Escola Família é uma construção que em geral respeita os padrões arquitetônicos e socioculturais da maioria dos habitantes da região onde se situa.

A casa da Escola Família, além de respeitar o meio sociocultural, busca ser coerente com aquelas necessidades básicas pedagógicas que qualquer escola deve ter. Nesse sentido, quem constrói a casa da Escola Família é a comunidade local. Na maioria das vezes, com mão-de-obra própria e através de bingos, rifas, mutirões, leilões de animais e outros produtos locais, doação de materiais e também recursos financeiros repassados pela prefeitura ou pelo Estado, paróquias e até do exterior.

No Brasil recebe a denominação de Escola Família Agrícola – EFA. Zamberlan (1996, p. 8) relata que “faz parte do complexo da EFA, uma pequena propriedade (de 2 a 20 hectares), o tamanho depende da região que se situa. Em parte esta propriedade é a extensão de terra que a família do aluno trabalha”. O pequeno pedaço de terras da EFA observa as seguintes finalidades: a) produzir alimentos para a EFA, o excesso vai para o mercado: frutas, verduras, cereais, carnes (principalmente de pequenos animais), leite, para ajudar o custeio da EFA; b) enriquecer o programa curricular da pedagogia da alternância, proporcionando aos alunos alguns momentos de observação direta de aspectos bio-físicos e técnicos.

Esta modalidade de ensino não foi criada com o intuito de formar alunos como nas escolas tradicionais, mas sim para fazer com que os filhos de agricultores e até mesmo os próprios agricultores desenvolvessem uma forma mais digna e lucrativa para a vida no campo. Estas Casas Familiares eram locais onde os agricultores e jovens discutiam técnicas, dividiam tarefas e planejavam ações que podiam ser executadas de forma fácil e objetiva para a melhoria de suas vidas.

Vale lembrar que as Casas Familiares não tinham terras, era somente uma casa com um quintal onde se desenvolviam pequenas criações, a horta e as atividades maiores como roças e plantios eram feitos nas propriedades dos alunos. Ainda hoje existem as Casas Familiares no mundo e principalmente no Brasil, casas estas que ainda preservam os mesmos princípios filosóficos e metodológicos das primeiras casas.

Foi constatada a necessidade de implantação nas comunidades rurais de uma educação que propiciasse uma formação geral que levasse o jovem a expandir seu campo de conhecimento a fim de possibilitar-lhe a ultrapassagem das suas preocupações técnicas e a situar-se no espaço e no tempo. A proposta deveria discutir aspectos referentes à história das profissões agrícolas, através do tempo;

geografia da França e do mundo; ciências direcionadas à profissão agrícola; noções de administração e gerenciamento necessário ao exercício de funções administrativas não só na sua propriedade como em órgãos e instituições agrícolas.

Mello Costa (1997, p. 6) enfatiza que “uma formação humana sólida visa à formação de um profissional da agricultura responsável e o surgimento de líderes competentes. O professor além de ser competente deveria ser também, um educador”. Essa nova experiência educacional francesa tornou-se conhecida em outros países para muitos dos quais acabou por migrar. Inicialmente na Itália, no lugar chamado Soligo, região de Treviso em 1961. Na Itália foi denominada Scuola Della Famiglia Rurale.

O governo italiano, por causa de suas leis, teve dificuldades em aceitar a proposta educacional da forma que era executada na França, sem vínculo de formação formal escolar, por isso, a experiência na Itália tornou-se uma escola que utilizava o processo filosófico e metodológico da pedagogia da alternância, porém acrescidos de legalização escolar do país. A escola passou a ter uma propriedade para desenvolver atividades técnicas e ainda garantir parte do sustento dos alunos que lá estudam. Posteriormente os dois modelos com o uso da pedagogia da alternância foram implantados nas cidades espanholas.

Nesta tendência de expansão, as Casas Famílias e Escolas Famílias, chegaram ao continente africano sendo implantadas inicialmente no Senegal. Em seguida expandiu-se pela América Latina, cada localidade escolhia o modelo que era mais cabível a sua realidade sociopolítica e econômica da região. Neste sentido, a pedagogia da alternância busca a interação entre o estudante que reside no campo e a realidade vivenciada por ele em seu cotidiano, buscando promover uma troca de conhecimentos entre o seu ambiente familiar, o trabalho e a escola.

1.2 A Implantação da Pedagogia da Alternância no Brasil

O Brasil foi o pioneiro na implantação deste sistema na América Latina. A EFA, como foi chamada no Brasil, foi implantada inicialmente no Estado do Espírito Santo, em 1968, em Olivânia, no município de Anchieta² trazida pelo religioso Jesuíta³ padre Umberto Pietrogrande. Este padre conjuntamente com os pioneiros Mário Zuliani, Sergio Zamberlan, Umberto Noventa, Dona Áurea, senhora Marcom, Dona Cara, Francisco Guiust, e mais tarde João Martins, Idalgizo Moneque, José de Anchieta Pompeiier, Francisco Calazani e outros tiveram árduo trabalho de articulação para a construção da primeira escola que funciona até hoje.

² Anchieta está localizado no sul do Espírito Santo a cerca de 80 quilômetros da capital Vitória. O primeiro nome da cidade foi Rerigtiba, que em tupy, significa lugar de muitas ostras. O nome Anchieta é uma homenagem a São José de Anchieta, padre jesuíta espanhol, nascido em Tenerife, nas Ilhas Canárias, em 1534 (ANCHIETA, 2017, p. 1).

³ Jesuítas são padres da Companhia de Jesus. O sentido da ação educativa da Companhia de Jesus deve ser relacionado com o período de organização do propósito educacional inscrito na racionalidade de suas ações e na abertura dos seus colégios (CAVALANTE, 2021, p. 35).

O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES, fundado em 24 de abril de 1968, no município de Anchieta, foi, e é a âncora das Escolas Famílias Agrícolas no Estado do Espírito Santo, com escolas de ensino fundamental. Foi criado um curso técnico em agropecuária em 1976, na Escola Família Agrícola de Olivânia.



Imagem 01: Escola Família Agrícola de Olivânia – Anchieta – ES

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=EFA+DE+OLIVANIA++Anchieta> (2023)

A EFA de Olivânia oferta uma educação de alternância para alunos oriundos do campo, residentes no município e está localizada a cerca de 20 quilômetros da sede. Ademais, recebe um aporte financeiro da Prefeitura Municipal de Anchieta que custeia 100% de toda a merenda que é ofertada para os alunos. Após a sua implantação no Espírito Santo, a pedagogia da alternância se espalhou por outros estados do Brasil com a criação de EFA's que estão espalhadas por estados e regiões do Brasil, dando oportunidades de acesso a uma educação de qualidade a adolescentes e jovens camponeses, dando o aporte para o desenvolvimento social nas comunidades rurais.

Neste sentido, a pedagogia da alternância se expandiu pelo Brasil com a criação de outras EFA's ofertando uma educação diferenciada para alunos oriundos do campo terem uma melhor preparação, tanto para a continuidade de seus estudos, como também para uma melhor preparação para o mercado de trabalho. Ademais, deu o aporte também para a solução de problemas enfrentados pelas famílias que vivem no campo. Pereira (2011) enfatiza que:

A pedagogia da alternância surgiu como forma de minimizar os problemas enfrentados por alunos da zona rural que em determinados períodos do ano são obrigados a faltar às aulas, seja pela necessidade de ajudar na colheita, seja por distância entre suas residências e a escola nos períodos de chuva, entre outros (PEREIRA, 2011, p. 105).

Corroborando com Pereira em relação aos problemas enfrentados pelos alunos residentes no campo, que vão além das dificuldades de acesso a escola e pela necessidade de ajudar suas famílias na colheita, se deparam também com problemas estruturais, de acesso a estradas vicinais para o deslocamento entre suas casas e a escola. Neste viés, a Pedagogia da Alternância implantada no Brasil que se inspirou no modelo francês e também no modelo italiano, vem ao longo de mais de cinco décadas ofertando uma educação pensada para qualificar os povos camponeses, propiciando-lhes ferramentas e condições de aprendizagem que além de uma boa qualificação, aumenta a sua autoestima, superando dessa forma os estigmas, os rótulos e os preconceitos que os sujeitos do campo carregavam ao longo de sua história.

1.3 A Escola Família Agrícola – EFA

A EFA desde a sua criação no Estado do Espírito Santo vem ofertando um acesso à educação para adolescentes e jovens camponeses, contribuindo para o desenvolvimento social das comunidades rurais. Nosella (2014, p. 35) relata que “desde 1968, o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) vem ensaiando um novo tipo de escola para o meio rural capixaba, isto é, a Escola da Família Agrícola (EFA)”. Neste viés, ressalto que a EFA oferta uma educação diferenciada, mais abrangente para alunos (adolescentes e jovens) oriundos e residentes no meio rural propiciando-lhes uma educação de qualidade e, sobretudo, que os prepara para avançar nos seus estudos sem perder o pertencimento e suas raízes com o campo.

Estudos de Godinho (2013, p. 122) mostram que “as EFA’s querem proporcionar aos jovens do meio rural uma possibilidade de educação a partir da sua realidade, da sua vida familiar e comunitária e das suas atividades. Isto é feito procurando desencadear junto aos jovens um processo de reflexão e ação que possa transformar essa mesma realidade”. Neste sentido, as EFA’s desenvolvem suas metodologias de trabalho de acordo com a realidade de cada região do Brasil, respeitando suas características físicas, seus biomas, os ciclos de plantio e colheita, e, sobretudo, a realidade dos alunos que recebem a oferta da educação em alternância.

Nosella (2014, p. 45) enfatiza que “a criação da EFA surgiu a partir da ideia de uma escola realmente para o meio rural; uma escola que rompesse radicalmente com o modelo urbano, não nascida de um estudo teórico, nem de uma tese pedagógica, nem de um levantamento sociológico”. A EFA surgiu a partir do descontentamento contrapondo-se a concepção de uma educação forjada com o objetivo de preparar os sujeitos do campo para uma educação pautada apenas para atender ao mercado de trabalho, sem levar em consideração as especificidades e a diversidade dos sujeitos do campo.

O modelo de educação ofertado pela EFA se contrapõe ao modelo de educação bancária, pautando o seu processo formativo a partir do conhecimento da realidade local, do pertencimento dos sujeitos do campo. Neste viés, é pautada pela defesa de uma educação que desperta a consciência, produzindo sujeitos críticos e reflexivos que buscam uma educação libertadora. Ademais, torna-se eficaz por se tratar de uma educação ofertada e contextualizada de acordo com a vida cotidiana dos estudantes e de suas famílias.

Antes da criação das EFA's a educação ofertada para os sujeitos do campo era totalmente fora do contexto da realidade dos alunos e das suas famílias que residem no meio rural, tinha o único objetivo de preparação para a mão de obra, para o mercado de trabalho. Os alunos estudavam conteúdos isolados que não dialogavam entre si e fora da realidade do campo, sem considerar as especificidades, os contextos e as múltiplas formas de saber das populações do campo. Ademais, o currículo ofertado era basicamente o da escola urbanocêntrica, imposto como padrão, sem levar em consideração os conhecimentos dos povos do campo, com as aulas ministradas por professores de fora da comunidade e sem formação específica.

A EFA veio contrapor esta realidade vivida pelos sujeitos do campo, ofertando uma educação mais abrangente, dando o aporte para os alunos e seus familiares a permanecerem no campo, diminuindo dessa maneira o êxodo rural. Nascimento (2009, p. 173, 174) pontua que “a EFA, por meio da pedagogia da alternância, propicia criar culturas de participação do diálogo e da cooperação coletiva. Assim, se desperta nos educandos(as) aquilo que estava adormecido”. Estudos de Nosella (2014, p. 79) mostram que “a formação dos alunos nas EFA's tem duração de 3 anos completos, sendo o ano letivo estruturado de maneira diversa do ano letivo comum por causa da alternância”.

Neste sentido, a EFA apresenta uma proposta educativa diferenciada, que tem como objetivo promover um desenvolvimento rural, pautado em bases sustentáveis e estruturada em três princípios: pedagogia da alternância apropriada para atender as demandas dos alunos do campo, responsabilidade e condução da EFA pelas famílias com o aporte de uma associação e, por fim, a oferta de uma formação de qualidade para os alunos campesinos.



2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

As atividades desenvolvidas na pedagogia da alternância ocorrem em espaços diferentes, em um processo de formação em que se alternam sequências de formações ministradas por instituições, com o aporte de formações práticas em um contexto de trabalho. As atividades em alternância são divididas em dois momentos:

Tempo Escola (TE), período que os alunos vão para a unidade escolar, e recebem todo o aporte pedagógico, com aulas ministradas por professores, com o auxílio de monitores, em regime de internato. E o Tempo Comunidade (TC), período que os alunos retornam para as suas residências localizadas no campo para desenvolverem atividades nas suas comunidades, propriedades geralmente da agricultura familiar, cuidando da horta, da lavoura, do plantio de frutas e verduras e da criação de animais e aves, corroborando dessa maneira com suas famílias.

Na alternância que é ofertada pelas EFA's **é aplicado um plano pedagógico** que tem como objetivo qualificar o aluno para o desenvolvimento de uma boa aprendizagem, aliada ao bom desenvolvimento de atividades laborativas no campo. Nosella (2014, p. 85) relata que “o plano pedagógico das escolas aborda a função essencial da alternância, isto é, proporcionar à reflexão seu ponto de partida, isto é, a vida ou a experiência real: a vida da família e da comunidade de cada aluno representa o ponto de partida da educação nas Escolas-Famílias”.

A pedagogia da alternância acontece em dois tempos e dois espaços: o tempo-escola (momento de educação formal na escola) e o tempo-comunidade (momento de educação na comunidade, na vida diária). É uma formação humanista, conta com diferentes instrumentos que garantem a sua função, a articulação de tempos e espaços educativos, o estabelecimento de relações entre os envolvidos no processo educativo e a relação com o trabalho. A alternância mais efetiva é a que associa meios de vida sócio-profissional e escolar em uma unidade de tempos formativos (BRASIL, 2006, p. 2).

O aluno do campo que estuda em alternância se sente mais valorizado, por estar em contato com atividades pedagógicas que estão de acordo com o meio em que vive, pois ele já traz de sua comunidade um conhecimento prévio acerca de muitos

conteúdos que são ministrados. Para Piatti (2014, p. 51) na perspectiva de alternância, “há uma valorização dos conhecimentos que o jovem possui, considerando as suas experiências, por isso, além das disciplinas do currículo básico, leva-se em conta também as vivências no contexto da comunidade, primando pela formação integral do estudante”.

Gimonet (2007, p. 130) pontua que “ao vivenciar o movimento da alternância, em espaços alternados, compreende-se que ao jovem é dada a oportunidade de potencializar a aprendizagem, pois tem condições de articular o que é de seu cotidiano de concretizar as suas experiências em tempos e espaços diversos”. Neste sentido, a alternância se destaca como procedimento pedagógico eficaz para preparar alunos oriundos do campo, ofertando uma educação diferenciada, de qualidade para prepará-los para a vida escolar, acadêmica e para o mercado de trabalho com igualdade de condições com os alunos da escola urbana.

2.1 O Tempo Escola

O período denominado Tempo Escola (TE) é constituído por ações e práticas educativas em espaços educacionais que ofertam processos educativos em regime de internato, em um período onde os alunos desenvolvem atividades pedagógicas, atividades com a horta, a criação de aves e de alguns animais. Os alunos permanecem na escola durante todo o período, estudam em regime de tempo integral, fazem as refeições diárias e dormem em alojamentos (quartos coletivos) separados por gênero.

O Tempo Escola acontece na EFA, onde os alunos são imersos em uma educação integral, contínua, desenvolvendo atividades durante todos os dias, inclusive aos sábados e domingos, onde geralmente participam de atividades culturais. Nosella (2014, p. 97) enfatiza que “a duração dos períodos varia de duas a três semanas por sessão. O princípio pedagógico fundamental da EFA segundo o qual a vida educa mais que a escola, portanto, se concretizou no Centro de Formação”.

No Tempo Escola os alunos permanecem na unidade escolar em um período de tempo integral. Para Pereira e Dias (2019, p. 35) “a educação integral é concebida como prática educacional que entende a pessoa (o estudante) como ser inteiro e busca contemplar todas as dimensões do desenvolvimento, bem como múltiplas e diversas inteligências”. Neste sentido, o Tempo Escola torna-se essencial para que os alunos assimilem o aprendizado adquirido para poder aplicá-lo em sua comunidade, dando o aporte dessa maneira para seus familiares nas atividades desenvolvidas quando retornam para as suas comunidades rurais.

A aprendizagem assimilada pelos alunos no Tempo Escola dá o suporte para que eles tenham uma prática educativa diferenciada, transformadora. Caliri (2002, p. 72) argumenta que “uma prática educacional que se pode considerar efetivamente

como uma “ação transformadora” propicia as condições para a construção da “pedagogia do compromisso”. Para isso, busca formas e meios para envolver-se em momentos básicos de atuação, como o “compromisso com a solidariedade”. Neste sentido, os alunos criam um sentimento de amizade e compartilhamento com os demais colegas, criando laços, vivendo em comunidade, de forma harmônica.

No Tempo Escola os alunos convivem em regime de internato, aprendem hábitos com uma disciplina muito grande, com controle diário dos horários desde o amanhecer do dia, logo cedo até à noite, ao deitar para dormir, fazendo uso de refeições balanceadas, saudáveis, com a utilização de verduras, legumes e algumas frutas produzidas na própria instituição de ensino. Neste viés, criam um sentimento maior de pertença com a terra e a natureza, pois dão o aporte para produzirem seu próprio alimento de forma orgânica e saudável, criando dessa maneira um sentimento de preservação pela natureza e pela sustentabilidade do planeta.

Para Pereira (2011, p. 120) “a agricultura, a horta, o plantio, a colheita e os cuidados com a terra, são vivências cotidianas concretas dos camponeses. É através das práticas que acontecem externamente que o sujeito consegue aprender e mudar sua realidade”. Para o camponês seu meio é o campo e do campo deve partir sua prática educativa de sua escola. Ademais, os alunos cuidam também da criação de aves e pequenos animais, corroborando com a direção da escola para manter uma boa organização na unidade.



Imagem 02: Alunos da EFA recebendo instruções dos professores para o cultivo da horta

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=ALUNOS+CUIDANDO+DA+HORTA+NAS+EFAS> (2023)

Na imagem acima, percebe-se que os alunos trabalham também com a terra, corroborando com a direção da EFA, na produção de alimentos saudáveis, de maneira sustentável, demonstrando dessa maneira o sentimento de pertença com a terra e com a natureza. Após o período de internato na EFA, desenvolvendo as atividades pedagógicas e também laborativas, os alunos retornam para as suas casas nas suas comunidades rurais para alternarem um período denominado Tempo Comunidade.

2.2 O Tempo Comunidade

O Tempo comunidade (TC) ocorre na alternância no período que os alunos retornam para suas casas nas comunidades rurais, onde residem com sua família, após o desenvolvimento das atividades no Tempo Escola. O Tempo Comunidade via alternância torna-se imprescindível para formação dos educandos do campo, propiciando-os a conhecer e a valorizar a cultura local, bem como favorecer a produção e ampliação de conhecimentos, despertando a consciência crítica, ou seja, a formação na alternância é contínua.

Ademais, o Tempo Comunidade na alternância corrobora com a criação de um sentimento do aluno com o seu meio social, com o seu convívio na sua comunidade de origem. Para Caliarí (2002, p. 89) “a pedagogia da alternância institui um relacionamento entre o meio em que vive o jovem família-comunidade-escola. Por não constituírem instâncias antagônicas e excludentes, família e escola reinterpretem-se mutuamente na diversidade do conjunto das circunstâncias envolvidas”. Estudos de Nosella (2014, p. 73) mostram que “no período de permanência em casa, o aluno deve dedicar, pelo menos duas horas por dia, ao Plano de Estudo, preparado pela escola”.

Neste viés, a direção da EFA que oferta a educação em período de alternância deve viabilizar o atendimento por professores para os alunos que retornam para as suas propriedades rurais. Pereira (2011, p. 122) afirma que “a proposta para o período em casa é que professores itinerantes visitem os educandos e suas famílias”. O período passado na escola, ou seja, no internato, contempla a educação formal integral. A relação escola-comunidade, junto a outras relações que envolvem a família e o resto das instituições sociais de cada localidade, constitui um dos vínculos essenciais para levar adiante o trabalho educativo da escola.

Freire (2003, p. 124) relata que “além de integral, é uma proposta libertadora porque há espaço constituído para o exercício da cidadania de maneira autônoma. É preciso que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência no mundo e não apenas o de receptor”. Caliarí (2013, p. 182) pontua que “o diálogo com a realidade camponesa permite tecer, como eixos fundamentais, uma “educação da opção”, no sentido da escolha entre valores humanos ou

mercantis; em uma prática agrícola, agroecológica ou agroquímica, que se coloca hoje como elemento decisivo nas opções econômicas, políticas e sociais em relação à sustentabilidade da vida no planeta”.

O “Tempo Comunidade” é constituído por ações educativas realizadas em espaços onde os educandos desenvolvem: o trabalho em interação com os bens da natureza através da agricultura, da pesca, da caça e do extrativismo; suas ações coletivas nos movimentos e organizações sociais; e suas práticas culturais de convivência: religiosas, esportivas, de lazer, dentre outras, na família, nas comunidades, onde se materializa a existência, a vida concreta dos sujeitos. Eventualmente ocorrem também outros tempos não associados à instituição escolar ou à família/comunidade, ciclos produtivos, projetos de pesquisa ou processos (BRASIL, 2017, p. 11).

Neste sentido, os jovens do campo devem estar integrados a sua comunidade, onde desenvolvem atividades, dando o aporte para suas famílias na plantação, na colheita e nas diversas atividades diárias. Estudos de Caliari (2002, p. 89) mostram que “na pedagogia da alternância, o saber prático obtido junto à família, na execução das tarefas e a teoria, obtida na escola durante a troca de experiências e absorção dos conteúdos ensinados se fundem”. Assim, podem auxiliar a aprofundar a compreensão do que ocorre no dia-a-dia, na família e escola, e onde o conhecimento emerge, se amplia e se consolida, facilitando ao jovem alternar e valorizar aquilo que ele faz e sabe fazer.

Ademais, os conhecimentos adquiridos no Tempo Escola são levados para a alternância no Tempo Comunidade, onde os alunos atuam desenvolvendo suas atividades, corroborando com seus pais, orientando-os da melhor forma para melhorar a produção agrícola da sua família. Neste sentido, é que Caliari (2013) afirma que:

A alternância é uma “educação para percepção”. Isso no sentido de cada pessoa ou coletivo camponês perceber-se como protagonista compondo um processo que se enraíza no passado e na sua práxis, tecida pelas gerações no espaço familiar e que se projeta no futuro e, finalmente, uma “educação para a autonomia”, no sentido de os povos do campo se sentirem motivados e confiantes para decidir suas representações, suas artes, suas linguagens, suas estratégias e suas místicas (CALIARI, 2013, p. 182).

Portanto, a alternância entre o Tempo Escola e o Tempo Comunidade propicia aos alunos camponeses, uma educação diferenciada, com a assimilação de saberes que se complementam, corroborando também para diminuir a evasão escolar em áreas rurais. O aprendizado adquirido no Tempo Escola é aplicado pelos alunos nas suas comunidades rurais, na propriedade da sua família, dando o aporte para seus pais com novas técnicas de plantio, manejo e colheita de produtos agrícolas.



Imagem 03: Jovens desenvolvendo atividades na agricultura da propriedade da família

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=jovens+do+campo+desenvolvendo+atividades+agricolas+nas+comunidades+rurais> (2023)

Na imagem acima fica nítido que os jovens alunos quando retornam para a sua comunidade rural, aplicam o conhecimento na propriedade da sua família, adquirido no Tempo Escola, corroborando dessa maneira no plantio e no manejo da terra, criando laços com o meio em que vivem, sem perder suas raízes e seu pertencimento.

Por fim, percebe-se que o Tempo Escola e o Tempo Comunidade se complementam, ofertando aprendizados para os alunos em alternância que além de diminuir a evasão escolar, contribuem tanto para os jovens alunos, como para suas famílias desenvolverem suas atividades e seus aprendizados de forma mais prazerosa, criando dessa maneira um sentimento de pertença com o campo que é o seu lugar de origem.

2.3 Atividades desenvolvidas nas comunidades rurais

Nas comunidades rurais são desenvolvidas atividades agrícolas que vão desde a plantação, manejo e colheita de alface, coentro, cebolinha, cebola, couve, dentre outras hortaliças; verduras, como a abobora, o tomate, o chuchu, o pimentão e a cenoura. Em algumas propriedades de famílias de agricultores, elas optam por cultivar frutas como a banana, a melancia, a laranja, a manga, o abacaxi, dentre outras que são consumidas com maior frequência pelos brasileiros.

Grande parte dos pequenos agricultores já estão optando pela não utilização de agrotóxicos, dando ênfase para o cultivo dos produtos agrícolas de forma orgânica, favorecendo dessa maneira o meio ambiente e também colaborando com a saúde das pessoas que consomem os alimentos. Ademais, existem famílias de agricultores que tem filhos estudando nas EFA's que optam por criar animais e aves, como porcos e galinhas, com a produção de ovos.

Pensando em subsidiar os pequenos produtores da agricultura familiar, através de políticas públicas, o governo federal criou a Lei 11.947/09, com a obrigatoriedade de no mínimo 30% do valor repassado para os estados, para os municípios e também para o Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios, produzidos pelos agricultores familiares.

Neste viés, a lei obrigada os entes federados (os estados, os municípios e o Distrito Federal) a fazerem a aquisição da merenda escolar, de produtos básicos, permitindo dessa maneira que os pequenos produtores adquirem uma renda para a melhoria da sua subsistência, tendo como consequência uma melhor qualidade na merenda ofertada para os alunos. Ademais, a lei dá o aporte para o cuidado com a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos pequenos agricultores familiares, buscando respeitar as questões étnicas, de gênero e de gerações. Caliari (2002) relata que:

Na agricultura familiar por sua própria constituição e seu inter-relacionamento, observa-se que uma ação efetiva de educação rural gerará um processo de aprendizagem essencial para o desencadeamento e consolidação da juventude, como agente de maior potencial para uma adequação constante da estratégia organizacional, produtiva e preocupação ambiental (CALIARI, 2002, p. 64).

Em sua maioria as famílias de pequenos agricultores organizam-se para fazer a divisão do trabalho e das atividades na produção familiar. De acordo com Silva (1997, p. 64) a divisão do trabalho “é um processo pelo qual as atividades de produção e reprodução social são diferenciadas, especializadas e desempenhadas por diferentes indivíduos ou grupos”. As sociedades por mais simples e/ou complexas que sejam, comportam uma divisão natural do trabalho fundamentada nas características físicas e biológicas dos indivíduos.

Há de se pensar que os agricultores familiares juntos formam uma cadeia de produção alimentar que abastece as mesas brasileiras, com a produção de alimentos, em sua grande maioria orgânicos, recebendo o aporte de alunos oriundos das EFA's, filhos destes proprietários que aplicam seus saberes e suas técnicas assimiladas durante as atividades no Tempo Escola e trazem esses aprendizados para o Tempo Comunidade, corroborando dessa maneira com suas famílias em suas propriedades rurais.



3. FORMAÇÃO HUMANA DOS SUJEITOS DO CAMPO

O campo é composto por sujeitos diversos, com seus saberes, suas particularidades e sua cultura. São pequenos agricultores, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, camponeses, campestres, caipiras, roceiros, agregados, meeiros, lavradores, boias-frias, assentados, reassentados e sem-terra. Possuem saberes diversos, saberes da cultura camponesa, caracterizados por experiências que são construídas por meio das formas variadas de atividades laborativas que desenvolvem.

Constroem através de formas de trabalho relações e sociabilidades, produzem saberes e modos próprios de produção, adquiridos ao longo da vida, em contato com a natureza e com a terra. Fontes et, al. (2020, p. 1, 2) compreendem o campo como “um território de vastas possibilidades de vida, busca de uma prática pedagógica libertadora e contextualizada à realidade de seus diversos sujeitos, estando profundamente ligada à materialidade das lutas dos movimentos sociais do campo por justiça social, como por exemplo a luta pela reforma agrária popular”.

Neste sentido, o campo é o local onde é encontrado uma diversidade de povos, de saberes, de vivências e, sobretudo, de produção de cultura e de alimentos que vão para a mesa de milhões de brasileiros todos os dias. Há de se pensar que os sujeitos do campo criam laços de pertencimento ao seu local de origem, produzindo saberes, saberes específicos e saberes pedagógicos que norteiam o seu processo de formação.

3.1 A Pedagogia da Alternância adotada pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST busca uma formação de um professor crítico-reflexivo para ofertar para os seus alunos, filhos de assentados, uma educação diferenciada, de qualidade, baseada na pedagogia libertadora, para dar o aporte para uma formação sólida e teórica, para os sujeitos do campo. Wanderley e Martins (2015, p. 4) pontuam que “o MST construiu a sua própria pedagogia, seus princípios estão fundamentados em matrizes pedagógicas, que colaboram com o processo de ensino e aprendizagem. A terra significa espaço de vida, de produção, identidade e de cultura em que ela tem múltiplos significados”. Neste viés, o MST vem

ao longo dos anos adotando a pedagogia da alternância em suas escolas, entendendo que os conhecimentos adquiridos pelos alunos nos dois tempos/períodos dão base pedagógica sólida para o bom andamento e continuidade dos estudos. Cordeiro et, al (2011, p. 121) enfatizam que “o MST também tem assumido a Pedagogia da Alternância em seus projetos e propostas de educação, fundamentando suas experiências na metodologia da alternância, que se aplica conforme a realidade sociocultural local dos assentados de reforma agrária”. No entanto, no âmbito do MST, esse sistema se diferencia e se aplica à realidade dos cursos desenvolvidos em etapas nos períodos de férias escolares, ocasião em que os alunos, enquanto professores, podem sair de suas escolas sem prejudicar o período das aulas.

Neste sentido, a pedagogia da alternância adotada pelo MST se constitui em uma proposta pedagógica, organizada de forma curricular, ofertada para alunos jovens e adultos, filhos de trabalhadores assentados que tem o campo como seu lugar de origem, seu espaço de convivência de socialização, de vida e de desenvolvimento de atividades laborativas e culturais. Janata (2015) relata que:

Preservar a identidade com o MST é uma preocupação exposta nos Projetos Políticos Pedagógicos dos anos 2000 e 2009, explicitada pelo vínculo com as matrizes pedagógicas do Movimento; a organização do trabalho pedagógico vislumbrando a articulação trabalho e educação, com espaços e momentos para o estímulo à auto-organização dos estudantes; a realização de um processo avaliativo que inclui os estudantes, denominado de Conselho de Classe Participativo; a busca por possibilitar uma formação nas diferentes dimensões humanas, desenvolvendo projetos educativos com manifestações culturais e artísticas, com grupos de teatro, coral, percussão, dança, entre outros (JANATA 2015, p. 117).

Concordando com Janata em relação à formação ofertada pelo MST, que vai além do conteúdo ministrado em sala de aula, são ofertados também projetos educativos, dando ênfase para as produções de manifestações culturais, artísticas e místicas. Percebe-se que na proposta pedagógica do MST, o coletivo é priorizado. Sobre esta questão Caldart (2004, p. 19) relata que “a Pedagogia do Movimento trata-se de uma pedagogia que tem como sujeito educador principal o MST, que educa os sem-terra enraizando-os em uma coletividade forte, e pondo-os em movimento na luta pela sua própria humanidade”.

Neste sentido, o MST, desde a sua criação na década de 1980, vem priorizando ações em prol do coletivo de seus membros, criando ações para favorecer os sujeitos do campo, sobretudo, dos acampamentos e assentamentos coordenados pelo movimento.

3.2 A pedagogia da alternância e a sustentabilidade no campo

A sustentabilidade no campo deve estar presente na vida cotidiana de quem reside e produz no campo e dele depende a sua sobrevivência. Neste viés, é possível fazer a união entre a produtividade das culturas e a conservação ambiental, criando atitudes para reduzir o uso de adubos químicos, utilizando práticas de adubação verde, implementando tecnologias sustentáveis de integração das atividades desenvolvidas na lavoura e na pecuária. Ademais, fazer a instalação de captação de água das chuvas para a utilização no sistema de irrigação e, sobretudo, abolir o uso de pesticidas na lavoura.

Os povos do campo devem promover ações que possam preservar o meio ambiente, com uma agricultura sustentável. Neste sentido, é que a agricultura torna-se a principal responsável pela produção de alimentos, que são consumidos pelos brasileiros. São formados por pequenos produtores rurais, povos tradicionais (indígenas e quilombolas), assentados da reforma agrária, agricultores, pescadores e extrativistas.

Dessa maneira, a agricultura familiar pode oferecer a produção de alimentos saudáveis, cultivados de maneira sustentável, buscando o aporte de técnicas para preservar a biodiversidade e o meio ambiente, além do fornecimento de produtos saudáveis, orgânicos, agregando qualidade e valor econômico à sua produção. Ademais, as propriedades familiares utilizam a mão de obra humana, deixando de lado o uso de máquinas, impactando positivamente o meio ambiente, criando também uma consciência ecológica e sustentável.

Neste sentido, ações sustentáveis ajudam na conservação do meio ambiente e os pequenos agricultores familiares podem assumir o protagonismo na produção de produtos cada vez mais saudáveis. Baptista e Baptista (2003, p. 149) pontuam que “será um meio da população empoderar-se, adquirindo novos conhecimentos, novas ideias sobre a plantação, a criação de animais, melhorando, assim, a renda das famílias e do município. É o desenvolvimento sustentável em construção”.

A pedagogia da alternância dá o aporte para alunos oriundos do campo terem uma consciência ecológica, sustentável, criando dessa maneira, um sentimento de pertença com o meio em que vivem. Nas atividades desenvolvidas no Tempo Comunidade, os alunos corroboram com suas famílias aplicando as técnicas e os saberes assimilados durante as atividades do Tempo Escola, melhorando a qualidade dos produtos, cultivados de forma sustentável.

Alunos oriundos das comunidades rurais, da educação do campo, que estudam em regime de alternância têm o senso crítico e reflexivo; consideram a terra o seu habitat natural, criando dessa maneira um sentimento de pertencimento. A educação

do campo é uma concepção político pedagógica voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caixaras, ribeirinhos e extrativistas (BRASIL, 2013, p. 267).

Neste sentido, os povos do campo têm o sentimento de pertença com o meio em que vivem, com a terra, com a natureza, criando dessa maneira práticas e ações que ajudam a conservar o meio ambiente, com o desenvolvimento de atividades laborativas sustentáveis, contribuindo com a sustentabilidade no campo.

3.3 A Formação de Jovens do Campo

A juventude do campo é representada pelos jovens inseridos em suas comunidades rurais, em sua realidade social, política e cultural, que cria laços de pertencimento e sociabilidades construídas por eles no meio em que vivem. Para essa juventude é ofertada uma educação diferenciada, de qualidade, com aulas e atividades pedagógicas desenvolvidas nas EFA's em regime de alternância, com a oferta de atividades didático-pedagógicas, metodologias e conteúdos relacionados às bases sociais, políticas e filosóficas da cultura do campo.

Freire (1979, p. 113) afirma que compartilhando de objetivos similares, escola, família e jovens do meio rural encontram na pedagogia da alternância os esforços "(...) de propor aos indivíduos dimensões significativas de sua realidade, cuja análise crítica lhes possibilite reconhecer a interação de suas partes (...)". Neste viés, a pedagogia da alternância propicia aos jovens do campo uma formação diferenciada, de qualidade, com a oferta de atividades inerentes à sua cultura.

Os jovens do campo são aprendizes de agricultores, inseridos no interior dos processos de socialização e de divisão social do trabalho na sua propriedade familiar, dessa maneira, criam laços e vínculos de pertencimento com o meio em que vivem. A pedagogia da alternância, através da oferta da educação no Tempo Comunidade, dá o aporte para alunos inseridos no campo, filhos de trabalhadores da agricultura familiar para desenvolverem aprendizados, saberes e técnicas para melhorar a produção familiar e corroborar também com a sustentabilidade no campo.

Os jovens do campo vêm ganhando espaço no contexto dos debates acerca da dinâmica da reprodução e o fortalecimento da agricultura familiar, e a sua permanência no campo depende de oportunidades que lhes possibilitem permanecerem no seu ambiente de origem. Neste sentido, devem ser ofertadas políticas públicas com aporte financeiro para subsidiar os jovens inseridos no campo, de origem, sobretudo, da agricultura familiar para a sua permanência no campo, criando dessa maneira, meios para uma sobrevivência mais digna e mais próspera, com uma formação educacional e perspectivas de futuro para esses jovens.



Imagem 04: Jovens desenvolvendo atividades na agricultura familiar

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=+Jovens+do+Campo+trabalhando+na+agricultura+familiar&tbm=isch&ved=2ahUKEwjykbmc9u3> (2023)

Na imagem acima percebe-se que os jovens inseridos no campo, filhos de pequenos agricultores, que estudam no regime de alternância criam laços de pertencimento com o campo e com a produção agrícola. Neste sentido, se sentem mais valorizados, protagonistas de suas histórias, de suas vidas, e veem na agricultura familiar um meio de sobrevivência digna, criando dessa maneira um sentimento de amor a terra e ao seu lugar de origem.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa discute a pedagogia da alternância e analisa a escolarização ofertada para estudantes do campo com uma metodologia diferenciada, com as atividades divididas em dois momentos distintos: O Tempo Escola e o Tempo Comunidade. A pesquisa teve o cunho bibliográfico, dialogando com autores que discutem a pedagogia da alternância. Tem relevância social por reconstituir a trajetória histórica dessa metodologia de ensino e aprendizagem, a sua criação na França, a sua implantação aqui no Brasil, destacando o pioneirismo capixaba na implantação deste modelo de educação.

No primeiro capítulo abordei a pedagogia da alternância descrevendo sua origem e como ela foi pensada para atender as demandas dos filhos dos produtores rurais, relatando o período histórico, sua implantação no Brasil e discorri acerca da pedagogia da alternância e a sustentabilidade no campo. Foi enfatizado que a alternância que é ofertada em espaços territoriais diferentes, o aluno assimila a aprendizagem de maneira alternada, interagindo com os professores, a família e demais pessoas de sua comunidade. A pedagogia da alternância fundamenta-se nos princípios: da orientação, da adaptação ao emprego, da qualificação profissional e de uma formação que dê o aporte para o prosseguimento dos estudos através do ensino-aprendizagem ofertados para os sujeitos oriundos do campo.

Fiz a reconstituição histórica da aplicação da alternância, introduzida pelo padre Abbér Granereau, pároco de uma pequena capela localizada em Serignal-Péboldol, no interior da França, em 21 de novembro de 1935, onde foi criada a primeira “Maison Familiale” ou Casa Familiar. Aqui no Brasil recebeu a denominação de Escola Família Agrícola – EFA, e teve sua implantação no ano de 1968, no município de Anchieta, Estado do Espírito Santo, por intermédio do padre jesuíta, o italiano Umberto Pietrogrande. Foi criada com o intuito de formar alunos não como nas escolas tradicionais, mas sim para fazer com que os filhos de lavradores e até mesmo os próprios lavradores desenvolvessem uma forma mais digna e lucrativa para a vida no campo.

No segundo capítulo discuti acerca das atividades desenvolvidas na pedagogia da alternância, que acontecem em espaços diferentes, em um processo de formação em que se alternam sequências de formações ministradas por instituições, com o

aporte de formações práticas em um contexto de trabalho. Destaquei o Tempo Escola (TE), período que os alunos vão para a unidade escolar, e recebem todo o aporte pedagógico, com aulas ministradas por professores, com o auxílio de monitores, em regime de internato. Ademais, enfatizei que o Tempo Escola é constituído por ações e práticas educativas em espaços educacionais que ofertam processos educativos em regime de internato, em um período onde os alunos desenvolvem atividades pedagógicas, atividades com a horta, a criação de aves e de alguns animais. Os alunos permanecem na escola durante todo o período, estudam em regime de tempo integral, fazem as refeições diárias e dormem em alojamentos (quartos coletivos) separados por gênero.

Destaquei também o Tempo Comunidade (TC), que refere-se a aquele momento onde os alunos retornam para as suas residências localizadas no campo para desenvolverem atividades nas suas comunidades, propriedades geralmente da agricultura familiar, cuidando da horta, da lavoura, do plantio de frutas e verduras e da criação de animais e aves, corroborando dessa maneira com suas famílias, momento em que os alunos se identificam com o seu lugar de origem, criando dessa maneira um sentimento de pertença com o seu ambiente familiar.

Discuti acerca das atividades desenvolvidas pelos alunos nas comunidades rurais, destacando a plantação, o manejo e colheita da alface, do coentro, da cebolinha, da cebola, da couve, dentre outros; verduras como a abóbora, o tomate, o chuchu, o pimentão e a cenoura. Enfatizei que em algumas propriedades, famílias de agricultores optam por cultivar frutas como a banana, a melancia, a laranja, a manga, o abacaxi, dentre outras, de forma orgânica, preservando o meio ambiente e também colaborando com a saúde das pessoas que consomem os alimentos. Destaquei que a produção de alimentos, em sua grande maioria orgânicos, recebe o aporte de alunos oriundos das EFA's, filhos destes proprietários que aplicam seus saberes e suas técnicas assimiladas durante as atividades no Tempo Escola e levam esses aprendizados para aplicar no Tempo Comunidade.

No terceiro capítulo abordei a formação humana dos sujeitos do campo, destacando seus saberes, suas particularidades e sua cultura, compostos por pequenos agricultores, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, camponeses, campestres, caipiras, roceiros, agregados, meeiros, lavradores, boias-frias, assentados, reassentados e sem-terra.

Ressaltei que os sujeitos do campo possuem saberes diversos, saberes da cultura camponesa caracterizados por experiências que são construídas por meio das formas variadas de atividades laborativas que desenvolvem, que constroem através de formas de trabalho relações e sociabilidades, produzem saberes e modos próprios de produção, adquiridos ao longo da vida, em contato com a natureza e a terra, produzindo saberes, saberes específicos e saberes pedagógicos que norteiam o seu processo de formação.

Destaquei a pedagogia da alternância adotada pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) que oferta uma educação diferenciada, de qualidade, baseada na pedagogia libertadora, adotando a pedagogia da alternância em suas escolas, entendendo que os conhecimentos adquiridos pelos alunos nos dois tempos/ períodos dão base pedagógica sólida para o bom andamento e continuidade dos estudos. A pedagogia da alternância adotada pelo MST se constitui em uma proposta pedagógica, organizada de forma curricular ofertada para alunos jovens e adultos, filhos de trabalhadores assentados que tem o campo como seu lugar de origem, seu espaço de convivência de socialização, de vida e de desenvolvimento de atividades laborativas e culturais.

Abordei que a pedagogia da alternância e a sustentabilidade no campo estão presentes na vida cotidiana dos moradores e produtores que vivem no campo e dele depende a sua sobrevivência, produzindo culturas conservando o meio ambiente, criando atitudes para reduzir o uso de adubos químicos, utilizando práticas de adubação verde, implementando tecnologias sustentáveis de integração das atividades desenvolvidas na lavoura e na pecuária.

Enfatizei que os povos do campo promovem ações que preservam o meio ambiente, com uma agricultura sustentável, utilizando a mão de obra humana, abolindo o uso de máquinas, impactando positivamente o meio ambiente, criando também uma consciência ecológica e sustentável.

Destaquei a formação de jovens do campo, enfatizando a sua realidade social, política e cultural, criando laços de pertencimento e sociabilidades construídas por eles no meio em que vivem, recebendo a oferta de uma educação diferenciada, de qualidade, com aulas e atividades pedagógicas desenvolvidas nas EFA's em regime de alternância, com atividades didático-pedagógicas, metodologias e conteúdos relacionados às bases sociais, políticas e filosóficas da cultura do campo. Destaquei também que os jovens, filhos de pequenos agricultores, que estudam no regime de alternância criam laços de pertencimento com o campo e com a produção agrícola, se sentem mais valorizados, protagonistas de suas histórias, de suas vidas, e veem na agricultura familiar um meio de sobrevivência digna, criando dessa maneira um sentimento de pertencimento ao seu lugar de origem.

Por fim, saliento que a pedagogia da alternância com sua metodologia diferenciada e eficaz tem o papel de desenvolver habilidades definidas, além de preparar para o mercado de trabalho com ligação com o campo, com o objetivo de capacitar e valorizar competências dos estudantes que lhes assegurem a perspectiva de aprender e a usar suas competências para realizarem-se na vida como cidadãos pertencentes ao campo, criando dessa maneira raízes no seu local de origem.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível<<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>>Acesso em:01 abril. 2023.

ANCHIETA. Disponível<<https://www.anchieta.es.gov.br/pagina/ler/1000/historia>>. 2017. Acesso em 04 mai. 2023.

BATISTA, Bruna K. B.; ABRUCEIS, Daniel; SERTÃO, Ione S. **O Surgimento da Pedagogia da Alternância no Brasil: conceito e metodologia**. Departamento de Educação. Centro de Educação, Comunicação e Artes/CECA, Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR, 2016.

BAPTISTA, Francisca M. C. e BAPTISTA, Naidison de Q. (Org.). **Educação rural: sustentabilidade do campo**. Feira de Santana, BA: MOC: UEFS: (Pernambuco): SERTA, 2003.

BRASIL, 1º de fevereiro de 2006. Assunto: **Dias letivos para aplicação da pedagogia nos centros familiares de formação por alternância (CEFFA)**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC. Disponível<<http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf>>. Acesso em: 10 mai 2023.

BRASIL. **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**.Disponível <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

BRASIL. **Proposta de Regulamentação da Pedagogia da Alternância**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Brasília-DF, 2017.

CALDART, R. S. Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALIARI, Rogério. **Pedagogia da alternância e desenvolvimento local**. Lavras: UFLA, 2002. 237 p.: Il.

CALIARI, Rogério. **A presença da família camponesa na Escola Família Agrícola: o caso de Olivânia**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Pedagógico da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2013.

CAVALCANTE, Maria J. M. **Os Jesuítas** [recurso eletrônico]: a escrita de si no corpo historiado dos índios: reflexões sobre o papel da sua ação missionária na experimentação de uma pedagogia moderna: um ensaio de crítica histórica. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021. 2.672 kb: il. color.: PDF (Estudos da Pós-Graduação).

CORDEIRO, Georgina N. K.; REIS, Neila da S.; HAGE, Salomão M. **Pedagogia da Alternância e seus desafios para assegurar a formação humana dos sujeitos e a sustentabilidade do campo**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 115-125, abr. 2011.

DAMASCENO, Maria N. **Educação além da escola**. Marco Social Juventude e Desenvolvimento Rural. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 38 – 43, abril, 2004.

FERNANDES, Calazans; TERRA, Antonia. **40 horas de esperança**. Editora Ática S. A.: São Paulo, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 218 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 28ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FONTES, Roberta B.; MACÊDO, Magda M.; GOMES, Maria A. A. S.; FRANCO, Andréa L. de M. **Educação do Campo: seus sujeitos diversos e suas pedagogias**. VII Congresso em Desenvolvimento Social: saberes e direitos em disputa. Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – Montes Claros – MG, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GIMONET, Jean-Claude. **Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as casas familiares rurais de educação e de alternância**. In: UNEFAB, Pedagogia da Alternância – Alternância e Desenvolvimento. Salvador, 1999.

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GODINHO, Edna M. S. O. **Pedagogia da Alternância**. TERCEIRO INCLUÍDO. NUPEAT-IESA-UFG, v.3, n.2, Jul./Dez., 2013, p. 118-124.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

JANATA, Natacha E. **A formação de jovens do campo e o vínculo entre conhecimento, trabalho e educação**: um estudo do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 111-127, jan./mar. 2015. Editora UFPR, 2015.

MELLO COSTA, Eneida E. **O surgimento da formação de jovens rurais por alternância**: história de uma pedagogia associada ao meio agrícola – as casas famílias rurais. Piracicaba, ESQ/USP: 1997.

NASCIMENTO, Claudemiro G. do. **Gestão democrática e participativa na pedagogia da alternância**: a experiência da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás. Revista FAGED, Salvador, n.15, jan./jul. 2009.

NOSELLA, Paolo. **Uma nova educação para o meio rural**: sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

NOSELLA, Paolo. **Educação do Campo**: Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil. 2ª Re-impressão. EDUFES, Vitória, 2014. 288 p.: il. – (Educação do campo. Diálogos interculturais).

PEREIRA, Gesley F.; MATOS, Juliet N. **Escolas Famílias Agrícolas do MEPES**. Projeto Conexão. Relatório Final. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

PEREIRA, Sonilda S. S. **Relações educacionais entre famílias rurais e escola**: um estudo na Escola Estadual Rural Taylor-Egídio em Jaguaquara – Bahia. Dissertação (Mestrado em Ciências da Família na Sociedade Contemporânea). Universidade Católica do Salvador – UCSAL, Salvador – Bahia, 2005.

PEREIRA, Sonilda S. S. (org.). **ERTE por um ser integral**. Jequié: Ponto e Vírgula, 2011.

PEREIRA, Sonilda S. S. DIAS, Vilmaci dos S.. **A Escola Estadual Rural Taylor-Egídio (ERTE) e a proposta de educação integral**: a prova dos nove. 1ª. ed. Jaguaquara - Bahia: Curviana, 2019. 67 p.: il. col.

PIATTI, Célia B. **Pedagogia da alternância**: espaços e tempos educativos na apropriação da cultura. Boletim GEPEP – v.03, n. 05, p. 48-64, dez. 2014.

SILVA, Lorena H. da. Divisão social do trabalho. In: CATTANI, Antonio D. (org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1997. p.64-67.

SILVA, Lorena H. da. **As representações sociais da relação educativa escola-família no universo das experiências brasileiras em formação em alternância**. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000, 283 p.

SOMMERMAN, Américo. Pedagogia da alternância e transdisciplinaridade. In: **UNEFAB, Pedagogia da Alternância – Alternância e Desenvolvimento**. Salvador- Bahia, 1997.

SOUZA, Angélica S. de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís H. **A Pesquisa Bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.

WANDERLEY, Kamila K. dos S.; MARTINS, Leidson F. **Pedagogia do Movimento: análise das bases de educação do MST**. IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: Didática e Avaliação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2015.


ZAMBERLAN, Sérgio. **Pedagogia da Alternância: Escola da Família Agrícola**. Santa Teresa, ES: Mepes, 1995. (Coleção Francisco Giust, n. 1).

SOBRE O AUTOR







Paulo Roberto Nogueira Silva

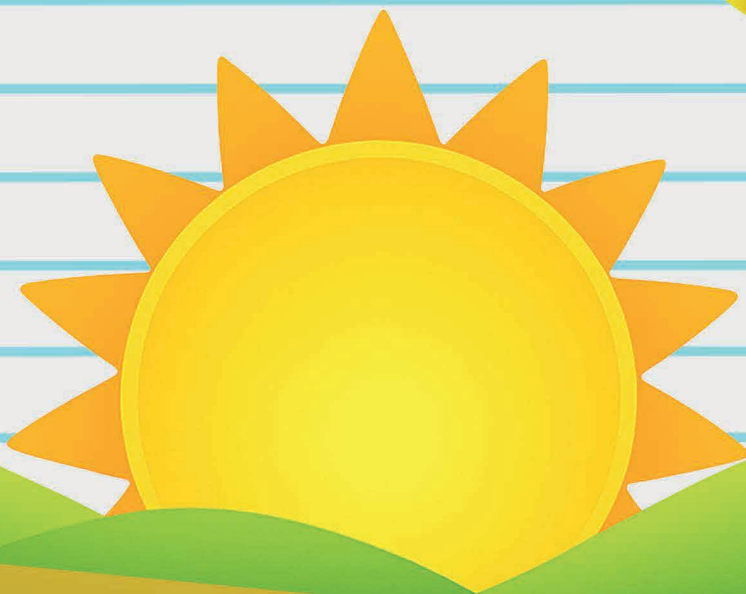
Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGREC/UESB, Campus de Jequié (2022), Especialista em Educação no/do Campo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Campus de Jequié (2019), Especialista em História e Cultura Afro - Brasileira pela Universidade Cândido Mendes - UCAM, (2016), Graduado em História pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC, (2010) e Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2023). Atualmente está ministrando aulas no Centro Educacional Ministro Simões Filho na cidade de Jequié-BA. Atuou como professor no Colégio Estadual Luiz Navarro de Brito na cidade de Jequié. Atuou como professor pelo Programa de Formação de Professores - PARFOR nas disciplinas de Fundamentos e Metodologia do Ensino de História, Educação: Diversidade Cultural e Relações Étnicas Raciais e Educação no/do Campo pela UESB. Atuou como Professor / Tutor do Curso de Licenciatura em História EaD pela Universidade Aberta do Brasil - UAB / Unidade Acadêmica de Educação à Distância - UNEAD / Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XXI, Pólo XXI, Ipiaú. Atuou pelo Programa Universidade Para Todos - UPT, como professor / monitor na disciplina de História, Campus de Jequié, polos de Jequié e Vitória da Conquista. Atuou como professor das disciplinas de História e História e Cultura Afro Brasileira da Escola Municipal José Simões de Carvalho - EMJSC, SME / PMJ. Participa de encontros científicos nas Universidades de Salamanca / Espanha, na National University of Political Studies and Public Administration em Bucareste / Romênia, na Universidad Pedro de Valdía em Santiago / Chile, na South Florida of Development Congress, Flórida, Estados Unidos da América, na Universidade de Helsinque / Finlândia e na Pontificia Universidad Javeriana (PUJ) em Bogotá / Colômbia com investigações acerca das histórias, memórias e legados de personalidades, instituições públicas e privadas, de parteiras, de mulheres, de gênero e de famílias oligárquicas. Tem experiência nas áreas de: História, História do Brasil, História e Cultura Afro Brasileira, História da África, História Regional e Local, em Educação no/do Campo e em Racismo Ambiental. É pesquisador do GEPREEG UESB/CNPq.

The background of the cover is a stylized illustration of a spiral-bound notebook. The notebook has a white cover with a grey spiral binding on the left. The pages are white with horizontal grey lines. In the center of the notebook, there is a large, stylized sun with a circular face and many triangular rays. Below the sun are rolling hills in shades of grey. At the bottom of the notebook, there are small white flowers. A black pen is shown on the right side of the notebook, with its tip pointing towards the title. The title is written in bold, black, uppercase letters on the notebook's pages.

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: ESCOLARIZAÇÃO OFERTADA PARA ESTUDANTES DO CAMPO

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: ESCOLARIZAÇÃO OFERTADA PARA ESTUDANTES DO CAMPO



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br